

REFORMULAÇÃO DO MODELO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO PAÍS

RESUMO

O presente ensaio trata dos entraves enfrentados pelo ensino superior no Brasil. Objetiva expor algumas dessas dificuldades e sugerir soluções que possam lapidar esse setor da educação no país. Para tanto, utiliza-se o método hipotético-dedutivo. Explica a situação do Brasil no *ranking* educacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Esclarece a importância do nível superior da educação para o progresso do país. Elenca problemas que impedem a evolução do ensino superior no Brasil, desde a escolha do curso a ser estudado e do processo de ingresso, até a posteridade, quando o profissional busca trabalho. Apresenta dados que reforçam a ideia da necessidade de aperfeiçoamento desse setor. Relaciona os óbices listados à estagnação socioeconômica do país e elucida estratégias eficazes. Recomenda a reestruturação das grades curriculares, de modo que os alunos possuam uma base teórica antes de iniciar o curso escolhido, bem como a modificação dos métodos avaliativos. Sugere o incentivo ao aperfeiçoamento da didática dos professores, além da realização de projetos sociais na comunidade onde se localiza a instituição. Conclui que a efetivação das mudanças propostas serão capazes de colaborar com a mudança dos paradigmas do ensino superior e propiciar os meios de desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Educação. Ensino Superior. Desenvolvimento socioeconômico. Recomendações.

Índice

| | |
|--|----|
| 1 Introdução | 3 |
| 2 Análise | 5 |
| 2.1 <i>Obstáculos do Ensino Superior no Brasil</i> | 5 |
| 3 Recomendações | 10 |
| 4 Conclusão | 15 |
| Referências | 16 |

1 INTRODUÇÃO

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é responsável por medir e divulgar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada país, analisando fatores como Educação, Saúde e Renda. Assim, os países recebem valores que vão de 0 a 1. De acordo com o relatório divulgado pelo PNUD (2019), o Brasil registrou a 79ª posição em 2018, em uma lista com 189 países. Apesar de estar enquadrado entre os países nos quais considera-se haver “desenvolvimento humano elevado”, o Brasil perdeu uma colocação em relação ao ano de 2017, quando ocupou a 78ª posição, quanto ao crescimento foi registrado um aumento de 0.001, cravando o valor de 0.761. Entre os países avaliados com “desenvolvimento humano muito elevado” estão Suíça, Alemanha, Irlanda, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão, todos com valores superior a 0.9. Esses países encabeçam também relatórios¹ sobre a qualidade da educação no mundo, reforçando a importância do ensino para o desenvolvimento de um país.

Nesse sentido, entendendo a educação como o meio pelo qual o indivíduo é capaz de aprender sobre a realidade que o circunda e descobrir novas perspectivas de futuro, tem-se que a valorização do aluno implica, inevitavelmente, no progresso da sociedade. Quanto a isso, a problemática da educação no Brasil é tema recorrente quando se discute o desenvolvimento do país, sendo dividida em Ensino Básico - compreendido como educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - e Ensino Superior, sendo este último um importante recorte a ser analisado, tendo em vista que enquanto a Educação Básica se propõe a oferecer os meios necessários para a construção da base educacional, o Ensino Superior funciona como uma relação de troca, na qual o aluno aprende e usa o conhecimento adquirido em benefício da coletividade em que está inserido.

¹ Vide relatório do PISA 2018, divulgado em dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/PISA%202018%20Insights%20and%20Interpretations%20FINAL%20PDF.pdf>.

O Plano Nacional de Educação (PNE) assegura que “Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior”, (2001). Não obstante ser notável nos últimos anos um aumento significativo nos índices de ingresso em cursos de nível superior, ainda são muitos os impasses enfrentados no âmbito acadêmico. Isso porque, a ampliação do ensino superior no Brasil não resulta de projetos traçados de modo estratégico a fim de oportunizar à população o acesso à educação, sendo tal aumento, primordialmente, antes, em decorrência da crescente busca por esse nível de ensino, cuja demanda tem sido amparada pelo setor privado de ensino (NEVES; MARTINS, 2014).

Nessa perspectiva, um dos principais problemas com os quais o ensino superior se depara no Brasil é a calcificação da dinâmica das Instituições de Ensino Superior (IES), sendo estas predominantemente voltadas à mera profissionalização dos discentes, com vistas à maiores oportunidades de disputa no mercado de trabalho. Essa forma de atuação das IES acaba corroborando para a superlotação do cenário trabalhista com profissionais formados em cursos tradicionais², enquanto novas demandas surgem ao passo que a sociedade se modifica. Em outros casos, em razão da obrigatoriedade de se optar por um determinado curso no momento da matrícula, ocorre a desistência de alguns ingressantes que, por diversas razões, descobrem-se, posteriormente, inaptos para o curso. Assim, formados desempregados ou em empregos divergentes da sua formação e estudantes desistentes enfrentam dificuldades para atingir o ápice de seu potencial contribuindo com seu país.

Dessa forma, justifica-se a necessidade do presente ensaio a fim de aperfeiçoar a ideia de que as IES precisam estar centradas na formação do homem e não na sua adequação ao mercado trabalhista, como ocorre atualmente, visto que os diversos setores da sociedade devem ser fruto das ações humanas, e não o contrário. Isso se dará através de uma reformulação na grade curricular, métodos avaliativos e entendimento do papel das IES na sociedade.

² Cursos pioneiros nas Instituições de Ensino Superior do Brasil, que, geralmente, são conhecidos pelo suposto bom retorno financeiro que possibilitam aos seus profissionais.

Inicialmente, tratar-se-á das dificuldades do egresso do Ensino Médio em optar por um curso ao qual deverá se dedicar por um longo tempo, dependendo da duração do curso escolhido. Serão também apresentadas as razões que levam os estudantes a evasão nas IES, apoiando-se em fatores internos e externos à instituição, bem como abordará os problemas causados pela falta de pessoas formadas nas profissões do futuro³. Em seguida, serão sugeridas algumas medidas com vistas a aprimorar a dinâmica do ensino superior no país.

2 ANÁLISE

2.1 Obstáculos do Ensino Superior no Brasil

De acordo com o decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, em seu art. 12, no Brasil, o Ensino Superior é classificado por Faculdade, Centro Universitário e Universidade, diferenciadas de acordo com a extensão acadêmica de cada uma (BRASIL, 2006). A Faculdade possui maiores restrições e oferta uma gama limitada de ensino, geralmente focada em apenas uma área, enquanto o Centro Universitário e a Universidade possuem maior autonomia e ensino pluricurricular.

As principais formas de ingressar em uma IES são: Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (ProUni), Financiamento Estudantil (Fies) e vestibulares. O Sisu permite que o aluno aplique a nota alcançada no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em Universidades Públicas; o ProUni possibilita a criação de vagas em instituições particulares

³ Profissões que surgiram há pouco tempo e ainda estão sendo moldadas, conforme os avanços da sociedade, que revelam uma alta tendência de oportunidades no mercado de trabalho nos próximos anos.

para estudantes que concluíram o ensino médio em escola pública; o Fies financia a permanência do educando em instituições particulares com a possibilidade de pagamento após conclusão do curso; e os vestibulares - em instituições particulares ou públicas -, permitem a entrada do discente por meio de notas obtidas em provas. Todas essas formas de ingresso utilizam o mesmo sistema de matrícula, no qual o estudante escolhe o curso a ser estudado previamente e concorre para conseguir a vaga na IES escolhida.

Assim, o modelo de ensino superior contemplado no Brasil induz o aluno a fazer uma escolha às cegas quanto a carreira profissional para ingressar na instituição almejada. Nesse sentido, o estudante vê-se pressionado a optar por uma vertente de estudo até os 19 anos, idade estabelecida pelo Movimento Todos pela Educação⁴ para a conclusão do Ensino Médio. Anísio Teixeira (1964), importante educador, reforça a ideia de que, no Brasil, a educação superior costuma ser direcionada primordialmente ao ensino da profissão em detrimento do incentivo à produção crítica, uma vez que: “A Universidade, entre nós, nunca foi propriamente humanística nem de pesquisa científica, mas simplesmente profissional, à maneira de algumas universidades mais antigas [...]”.

A situação revela-se ainda mais delicada quanto à falta de percepção dos formandos do Ensino Médio em relação ao estudo nas IES, pois, segundo pesquisa realizada pela Universidade Anhembi Morumbi em 2013, 54% dos estudantes entrevistados no último ano do Ensino Médio afirmaram ter escolhido o curso a ser feito sem ter qualquer contato com as possibilidades de profissão que ele oferece (BARBOSA, 2017). Isso porque, se por um lado não possuem experiência para saber a carreira que querem seguir, por outro lado, a opinião da família e preocupações acerca do mercado de trabalho e remuneração são recorrentes, tornando-se definidores no momento da decisão. Pensamentos assim permitem a manutenção hierárquica de cursos tradicionais no topo das formações profissionais, sendo os cursos mais procurados, de acordo com o resumo técnico do Censo da Educação Superior,

⁴ Organização da sociedade civil suprapartidária, plural, sem fins lucrativos e independente - não recebe recursos públicos.

realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Tabela 1 – Cursos de graduação com maiores números de matrículas

| Curso | 2015 | 2016 | 2017 |
|------------------|-------------|-------------|-------------|
| Direito | 853.211 | 862.324 | 879.234 |
| Administração | 766.859 | 710.984 | 714.345 |
| Pedagogia | 655.813 | 679.286 | 682.555 |
| Contabilidade | 358.452 | 355.425 | 362.042 |
| Engenharia Civil | 355.998 | 360.445 | 346.827 |

Fonte: elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

Desse modo, os estudantes consideram o prestígio social, a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, a opinião familiar e a oportunidade de encontrar uma *network*⁵ no momento de escolher um curso universitário. O problema reside, outrossim, na falta de conhecimento sobre a grade curricular estudada no curso e na incerteza sobre a aptidão para atuação profissional na área, levando a uma crescente no número de evasão. De acordo com Biazus (2004), Costa (1991) explica a evasão como a “saída do discente da universidade ou de um de seus cursos, definitiva ou temporariamente, por qualquer motivo, exceto a diplomação” (p. 86). Nesse viés, a tabela 2 revela que os índices de evasão são extremamente altos nos cursos que contam com os maiores números de matrículas, reforçando o fato de que muitos estudantes ingressam nos cursos por conta da opiniões de terceiros ao invés de estarem seguros em suas decisões.

⁵ Rede de pessoas que trocam informações e conhecimentos a fim de ajudarem-se mutuamente, geralmente em situações de trabalho.

Tabela 2 - Índice de evasão dos discentes de cursos de graduação

| Curso | Ingressantes em 2010 | Evasão entre 2010 e 2015 | Porcentagem de evasão |
|------------------|-----------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| Direito | 237.699 | 128.728 | 54,2% |
| Administração | 296.762 | 182.591 | 61,5% |
| Pedagogia | 225.551 | 109.628 | 49,5% |
| Contabilidade | 105.769 | 59.002 | 55,8% |
| Engenharia Civil | 53.510 | 29.109 | 54,4% |

Fonte: elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

Segundo Biazus (2004), as causas de evasão podem ser entendidas de acordo com fatores internos e externos⁶ à instituição, estes últimos entendidos como razões pessoais. Nessa vertente, Martins (2007) elenca fatores como mudança de interesse, opção de vida e, ou indecisão profissional; por não ter atendido as expectativas do aluno; não sentir-se motivado; dificuldade de acompanhamento do curso; escolha equivocada do curso; não existência de integração entre faculdade e empresas; falta de associação entre teoria e prática nas disciplinas; pressão da família sobre a indicação do curso; desconhecimento prévio a respeito do curso; reprovação; sistema de avaliação das disciplinas inadequado, ultrapassado ou injusto. Já Gerbas (2014) menciona mudança de interesses; falta de orientação profissional-indecisão; falta de metodologia de ensino e didática dos professores; reprovação; falta de apoio à imersão profissional; dificuldade de realização de estágios; pressão/desaprovação familiar do curso; currículos desatualizados; imaturidade; entre outros.

Dessa forma, além da falta de informações acerca do curso cogitado e o peso da opinião de terceiros, a falta de didática dos docentes e dificuldade de adaptação aos métodos avaliativos figuram entre as questões que levam o discente a desistência. Nessa vertente, Borba e Silva (2008) afirmam que durante muito tempo prevaleceu a ideia de que para ser bom professor era suficiente saber comunicar-se com facilidade e ter maciço conhecimento sobre

⁶ Saliente-se que os fatores externos à instituição mencionados pelo autor são de cunho pessoal, que terminam por influenciar na desistência do discente.

a matéria lecionada. Por conta disso, existem ainda hoje professores de ensino superior com grande formação curricular, mas sem a didática necessária para tornar entendível o conteúdo ministrado, o que pode interferir na capacidade de aprendizagem do discente, levando à reprovação ou abandono da matéria ou curso.

Não obstante o fato de nos últimos anos ter havido um crescimento no número de alunos em IES, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2019) divulgados através do relatório *Education at a Glance*, o Brasil possui um dos piores índices quando analisado o número de pessoas que concluíram o Ensino Superior, com 21% dos brasileiros entre 25 a 34 anos - a média dos países participantes da OCDE é em torno de 44%. Tal dado revela que, apesar de alto percentual de ingresso no ensino superior, a taxa de evasão ainda é muito grande. Ademais, conforme o Inep, segundo pesquisa realizada em 2018, 56% dos estudantes que ingressaram em uma universidade pública desistiram ou mudaram de curso.

Assim, a não identificação com o curso escolhido, a dificuldade de aprendizagem por conta do método aplicado e os altos índices de reprovação levam muitos estudantes a desistir de concluir o Ensino Superior. Essa tomada de postura implica em consequências para a economia do país, significando a perda do lucro para as instituições privadas e o prejuízo para o aluno que ingressou como pagante e não terá o dinheiro investido reavido, enquanto para as instituições públicas implica em desperdício de recursos que poderiam ser empregados em outras questões educacionais, visto que houve um investimento econômico por um período de tempo que não incidirá em retorno para a sociedade, uma vez que o aluno não concluirá o curso iniciado.

O problema de como se dá a preparação dos alunos nas IES a fim de enfrentarem a realidade do país reflete ainda no mercado de trabalho, pois de acordo com dados do Núcleo Brasileiro de Estágios (Nube, 2019), 45,51% dos jovens recém-formados não estão trabalhando e, dos 54,49% empregados, apenas 25,49% conseguiram emprego na área de formação em menos de três meses. A síntese do problema está em que o modo como as IES lidam com os

estudantes não permite que haja o estímulo para se interessarem por outras áreas de atuação, pois não orientam essa tomada de postura - vez que quando ingressam na instituição o aluno já decidiu qual curso fará - contribuindo para a disparidade que existe entre o número de vagas trabalhistas ofertadas nas profissões que mais formam e o número de formados à procura de emprego.

Entretanto, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), falta mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho brasileiro. Ainda, de acordo com a pesquisa, até 2024 existirão 329 mil vagas de emprego em aberto na área de Tecnologia da Informação (TI). Tal expectativa deve-se ao fato de profissionais formados nos cursos tradicionais dominarem o mercado de trabalho. Nesse diapasão, ao passo que a tendência do Ensino Superior no mundo busca atender às necessidades que estão surgindo, o Brasil revela uma carência na formação das ditas profissões do futuro, entre a quais está o profissional de TI. Destarte, a economia do país vê-se prejudicada pela falta de diversidade da capacidade produtiva das pessoas formadas nas IES.

RECOMENDAÇÕES

Peter Drucker⁷ afirma que “a melhor forma de prever o futuro é criá-lo”. Assim, urge a necessidade de renovação nas IES a fim de criar oportunidades para o progresso socioeconômico do Brasil através da formação de seus cidadãos. Dessa forma, através do incentivo e suporte educacional espera-se que os estudantes deixem de ser meros repetidores de conteúdo, e tornem-se capazes de delinear mudanças significativas nos âmbitos social, econômico, ambiental, político, sanitário e cultural . Para tanto, propõem-se algumas medidas, quais sejam:

⁷ Escritor, professor e consultor e consultor administrativo. Considerado o pai da Administração Moderna.

Reformulação da grade curricular, inserindo-se um ciclo de formação básica obrigatório, sendo ofertado pela instituição antes do início no curso propriamente dito, para estimular o pensamento crítico e direcionar o discente em seus próximos passos. Educadores devem analisar quanto do período letivo será necessário para que os estudantes dediquem-se a disciplinas como: Análise do discurso, importante para a interpretação de textos e construção de fala; Sociologia, necessária para conhecimento das relações em sociedade; História, para conhecimento da trajetória do homem ao longo do tempo; Língua Portuguesa, imprescindível para a produção escrita; Libras, a fim de contribuir com o desenvolvimento inclusivo; Finanças Públicas e Privadas, com o intuito de tornar entendível como os recursos financeiros são usados no país e educar economicamente os discentes; Metodologia Científica, útil para a produção de pesquisa acadêmica; Raciocínio Lógico, a fim de estimular o pensamento e auxiliar na resolução de problemas; e Informática Básica, proveitosa para a equiparação e preparação dos discentes no que tange ao acesso à informação. Além dessas, cabe o acréscimo de outras matérias que os educadores julgarem fundamentais para a formação do aluno nas IES. Acerca dessas sugestões de estudo, compreende-se que, apesar de algumas serem ensinadas na grade curricular do Ensino Básico, não trata-se de uma revisão, pois todas as matérias possuem níveis de aprofundamento, sem que seja possível esgotar os conteúdos apenas nos anos escolares.

Assim, essas disciplinas contribuiriam para a construção de uma visão ampla acerca da sociedade, suas necessidades e singularidades, ajudando o aluno a compreender melhor a si mesmo e o ambiente em seu entorno. Durante esse período, o estudante deve também ser apresentado aos cursos ofertados na IES na qual estuda, conhecendo o cotidiano do curso visado, através de diálogos com professores e alunos que já passaram para a parte específica da formação superior. A partir desse momento, é possível que ocorra uma modificação no quadro de cursos com maior número de matrículas nas IES, uma vez que os estudantes teriam acesso a diferentes conhecimentos que poderiam levá-los a novas escolhas. Frisa-se, no entanto, que, o objetivo de tal proposta não é superar os ditos cursos tradicionais, mas orientar os alunos em suas vocações por meio de um contato maior com diversas

vertentes de estudo. Essa medida permitiria a tomada de decisão com menos chances de abandono ou mudança de curso, evitando gastos públicos sem proveito, nas instituições públicas, e prejuízo econômico também para àqueles que desistem dos cursos em instituições privadas.

Além das matérias supracitadas, apoia-se o fomento à disposição de disciplinas optativas, que devem ter conteúdo multidisciplinar. Essas matérias devem estar inseridas na grade curricular desde o ingresso do aluno na IES, no ciclo básico, juntamente com as matérias obrigatórias - as quais não permitem a opção de não serem realizadas. Ademais, sugere-se maior incentivo para a formação de grupos estudantis voltados para áreas como artes, retórica, pesquisas, ensino de idiomas e outros, com a supervisão de professores. Essa proposta cumpre a função de incentivar o aluno a trabalhar em equipe como parte ativa de um processo que manifestará as visões de cada um, fortalecendo o caráter, capacidade de liderança, comunicação e empatia.

Outrossim, faz-se necessária a reestruturação dos métodos de avaliação, os quais, atualmente, priorizam a capacidade reprodutiva do aluno quanto aos conteúdos ministrados. No entanto, muitas vezes, não existe a real apreensão do assunto e o estudante apenas decora uma grande quantidade de respostas pré-moldadas para atingir a nota média para a aprovação, esquecendo-se do assunto depois. Entende-se que a aplicação de provas discursivas e objetivas buscam reconhecer a capacidade de retenção do aluno, todavia, quando avaliado somente em períodos pré-determinados, o estudante pode não comparecer às aulas e fazer-se presente somente nas datas das avaliações. Propõe-se, desse modo, a construção do diálogo durante todas as aulas como parte das atividades avaliativas. Nesse contexto, acredita-se que deve haver uma sobreposição das avaliações orais e produtivas sobre as meramente repetitivas de conteúdo o que, conseqüentemente, estimulará o estudo ativo⁸.

⁸ Forma de estudo no qual o aluno além de assistir às aulas, é capaz de participar da construção da aprendizagem através de debates, produção de materiais de estudo e compartilhamento do aprendido.

Compreende-se, ainda, que a mudança metodológica implica na necessidade de preparo específico para que os professores se adequem ao novo modo de ensino. Para tanto, sugere-se encontros sistemáticos periódicos com especialistas na área educacional para o compartilhamento de estratégias e experiências, além de curso de capacitação tecnológica, com o intuito de aprimorar a experiência de lecionar e outros cursos que forem interessantes para a construção da relação entre educando e educador.

Outra mudança fundamental refere-se à reformulação dos cursos ofertados, pois, conforme a sociedade se transforma e as demandas são alteradas, surge a necessidade de profissionais em certas áreas, importantes para o desenvolvimento do país, ainda pouco exploradas no Brasil. Nessa vertente, conforme surgirem novas tendências de estudo, novos cursos devem ser criados, para representar as chamadas profissões do futuro, e os existentes devem passar por processos de atualização, com vistas a não mergulharem na obsolescência.

Concluído o tempo necessário para a imersão educacional em assuntos de formação geral, todas as atividades realizadas pelo educando devem somar para que ele seja aprovado, ou não, no curso específico almejado - considerando-se uma nota apropriada como média, àqueles que obtiverem essa nota, mas não forem classificados em um sistema de concorrência devem receber um certificado de comprovação de formação em nível geral de Ensino Superior. A partir desse momento, as matérias específicas devem ser introduzidas estimulando o aluno a vivenciar as diversas formas de atuar no curso escolhido. Para tanto, acredita-se na eficácia de ambientes simuladores para o desempenho dos alunos, como ocorre em algumas IES que permitem a atuação de estudantes em empresas e escritórios juniores coordenados pelos próprios estudantes e professores dentro da própria instituição, propondo-se a extensão dessa estratégia a todas as IES.

Além disso, aponta-se a importância de parcerias entre empresas de diversos setores e IES para a facilitação da inserção dos discentes em programas de estágio profissional, permitindo que o aluno tenha a oportunidade de colocar em prática os fundamentos teóricos aprendidos e, a

depende de seu desempenho durante o período de contrato acordado, ser efetivado na empresa. Esse período de estágio deve ser acompanhado por relatórios produzidos pelo aluno e entregues na instituição de ensino, como meio de averiguação do cumprimento da parceria por parte da empresa a fim de que esse vínculo traga reais benefícios para os estudantes.

Por fim, sugere-se a obrigatoriedade de atividades sociais realizadas na comunidade onde a IES está inserida, visto que o conhecimento produzido nessas instituições deve ser capaz de tornar melhor o ambiente e a vida das pessoas, a fim de que, dessa forma, também seja alcançado o desenvolvimento. Ademais, aconselha-se que o horário das atividades apresentadas, com exceção do estágio, seja organizado de forma a realizar as aulas *in loco*⁹ e as atividades *ex situ*¹⁰ durante o turno estabelecido na matrícula do aluno, a fim de evitar conflitos de tarefas, fato que já gera resistência ao ingresso no ensino superior.

Diante do exposto, busca-se permitir que estudantes de IES sejam capazes de criar o futuro. Entende-se que o desenvolvimento de um país está intrinsecamente ligado à capacidade de desenvolver-se de seus cidadãos. Dessa forma, enquanto as matérias de caráter geral buscam ampliar a visão de sociedade das pessoas para que elas possam compreender os problemas enfrentados e questionar qual o seu papel na sociedade, a reformulação e criação de novos cursos visa a formação de profissionais satisfeitos com suas escolhas, além de ampliar as oportunidades para todos. Assim, embora seja possível idealizar o futuro, entende-se que é necessário encontrar o caminho que será percorrido para alcançá-lo.

⁹ No próprio local.

¹⁰ Fora do lugar.

CONCLUSÃO

O Ensino Superior no Brasil prioriza, desde as primeiras instituições fundadas, a formação profissional do estudante, por conta disso, o aluno deve escolher o curso que deseja ingressar ainda durante o processo de concorrência. Durante muito tempo, a simples obtenção de um certificado de formação em Nível Superior era determinante para o sucesso profissional e, conseqüentemente, financeiro, visto que poucas pessoas podiam ter acesso às IES, sendo o elemento diferencial na busca por uma oportunidade trabalhista. Atualmente, no entanto, vivencia-se uma mudança no mercado de trabalho que exige a reformulação dos cursos ofertados nas IES para que o Brasil possa acompanhar a tendência mundial de investimento nas profissões do futuro, que acredita-se, impulsionarão o desenvolvimento socioeconômico.

Dessa forma, compreende-se a necessidade de romper com a ideia simplista de que as IES devem preparar as pessoas apenas para a obtenção de renda financeira, pois atitudes assim colaboram para a manutenção da elitização de cursos tradicionais e evasão nas instituições, enquanto o país carece cada vez mais de especialistas em áreas diversas. Nesse diapasão, objetiva-se que as recomendações aqui apresentadas suscitem debates acerca de uma nova visão nas IES, capaz de incentivar o aluno a pensar para além do que a história produziu até aqui e contribuir com futuro do país.

REFERÊNCIAS

ALTOS índices de desistência na graduação revelam fragilidade do ensino médio, avalia ministro. **Ministério da Educação**. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BARBOSA, Fabiano Santos. **Dificuldades vivenciadas pelos alunos do 3º ano do ensino médio em relação à escolha profissional**. 2017. 47 p. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário do Cerrado, Patrocínio, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <http://www.unicerp.edu.br/ensino/cursos/psicologia/monografias/20172/DIFICULDADESVIVENCIADASPELOSALUNOS.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BIAZUS, Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC**: um estudo no curso de Ciências Contábeis. Florianópolis, 2004. Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87138/206162.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2015**: resumo técnico. 2. ed. Brasília, DF. [2015]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2016**: resumo técnico. Brasília, DF. [2016]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do censo da educação superior 2017**. Brasília, DF. [2017]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior de 2010**: resumo técnico. Brasília, DF. [2010]. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2010/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf. Acesso em: 17 jun 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior de 2011**: resumo técnico. Brasília, DF. [2011]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf. Acesso em: 17 jun 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2012**. Brasília, DF. [2012]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2012/apresentacao_censo_2012.pdf. Acesso em: 17 jun 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2013**: resumo técnico. Brasília, DF. [2013]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf. Acesso em: 17 jun 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2014**: resumo técnico. Brasília, DF. [2014]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf. Acesso em: 17 jun 2020.

BRASIL. **Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASSCOM. **TecFórum**. 2019. Disponível em: <http://www.telesintese.com.br/wp-content/uploads/2019/04/P-2019-04-25-Dados-Setoriais-TecF%C3%B3rum-v48-2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

EMPREGABILIDADE entre os jovens. **Núcleo Brasileiro de Estágios**. 28 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.nube.com.br/blog/2019/02/28/empregabilidade-entre-os-jovens>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GERBA, Raphael Thiago. **Análise da evasão de alunos nos cursos de licenciatura: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**. 2014. 149 p. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128624/330813.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 jul. 2020.

MARTINS, Cleidis Beatriz Nogueira. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Fundação Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo, 2007. Disponível em:

https://fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2007/dissertacao_cleidis_beatriz_nogueira_martins_2007.pdf. Acesso em: 6 jul. 2020.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente**. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

OCDE. **Education at a glance**. 2019. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/f8d7880d-en.pdf?expires=1599268531&id=id&accname=guest&checksum=B022B8201F8C39DF0CEC8D014DE6E917>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SILVA, Regina Nogueira da; BORBA, Ernesto Oliveira. **A importância da didática no ensino superior**. 2011. Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2011/11/10/outros/75a110bfebd8a88954e5f511ca9bdf8c.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

TEIXEIRA, Anísio. A universidade de ontem e de hoje. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, jul./set. 1964. p. 27-47. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/ontem.html>. Acesso em: 11 maio 2020.

UNDP. **Human Development Report**. Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century. 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_overview_-_english.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.